

O ESTUDO DO "HOMEM MORAL" NA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO, NO SÉCULO XIX

Maria Massimi*

Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto

RESUMO - O artigo descreve e analisa os conhecimentos psicológicos elaborados e transmitidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX. Os documentos utilizados para a pesquisa são dissertações, teses, artigos e livros produzidos por alunos e docentes da Faculdade, na época considerada. A leitura desse material evidencia o significado e a relevância que o estudo da subjetividade humana assume nesse contexto. De forma específica, são discutidas as definições atribuídas a essa área de interesse pelos autores e os métodos propostos seja para o estudo dos fenômenos psíquicos, seja para a terapia dos fenômenos psicopatológicos.

Palavras-chave: história da psicologia, desenvolvimento moral, medicina teológica, conhecimento sensorial.

THE STUDY OF THE "MORAL MAN" IN THE MEDICAL SCHOOL, RIO DE JANEIRO, XIX CENTURY

ABSTRACT - The article describes from an analytical point of view the Psychological knowledge elaborated and transmitted in the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro during the 19th century. The documents consulted are dissertations, theses, articles and books produced by students and Faculty members during that time. The reading of these materials showed the meaning and relevance that the study of human subjectivity had in that context. Particularly, the definitions applied by the authors to Psychological knowledge and the methods proposed for both the study of psychical phenomena and the therapy of psychopathological phenomena are discussed.

Key words: history of psychology, moral development, theological medicine, sensorial knowledge.

O objeto do presente trabalho é o estudo dos conhecimentos psicológicos elaborados e transmitidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX.

Com efeito, nesse período, a Medicina se caracteriza pela intenção de constituir-se em "Ciência do Homem", conforme o projeto do médico-filósofo francês, Pierre Cabanis (1757-1808). A nova "Ciência" fundamenta-se no estudo das relações entre

* Endereço: Departamento de Psicologia e Educação - FFCL-RP, Avenida dos Bandeirantes, 3900, Campus da USP, 14049, Ribeirão Preto SP.

o físico e o moral. Seu pressuposto básico é a idéia de que a fisiologia, a lógica e a ética são apenas três ramos de um único saber sobre o ser humano, de competência dos médicos.

No Brasil do século XIX, a antropologia médica assim configurada torna-se a base para a construção de um conhecimento do homem alternativo à visão religiosa e filosófica tradicional, um conhecimento que deveria fundar-se no método científico e explicar os fenômenos humanos como fenômenos puramente naturais.

Nessa perspectiva, a Ciência do Homem não limitar-se-ia apenas ao estudo do indivíduo, mas teria uma importante função política e social, criando um instrumento poderoso para a consolidação da ordem do Estado Nacional recém-constituído, a Higiene Social. Esta teria como objetivo favorecer a adaptação da pessoa ao sistema, e a estruturação dela dentro do papel que lhe atribui o Estado, sendo o bem estar do indivíduo identificado com a sua integração no âmbito do organismo social.

De maneira particular, uma grande ênfase é atribuída ao estudo da subjetividade, ao passo que o interesse crescente pela patologia mental desembocará na consolidação de uma área específica da Medicina, a Psiquiatria.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro representa um centro muito significativo de elaboração e de difusão, no País, destes novos fermentos da cultura médica.

Notícias históricas acerca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi criada, juntamente com a da Bahia, em outubro de 1832, conforme projeto elaborado em 1830-1831 pela Sociedade de Medicina e Cirurgia, nos moldes dos estatutos da Faculdade de Paris. Todavia, ela já funcionava desde 1808.

O núcleo originário da Faculdade, constituído pela cadeira de Anatomia junto ao Hospital Militar, foi instituído em 1808. A essa cadeira foram unidos o Curso de Medicina Operatória e Obstétrica e de Medicina Teórica, em 1809. Os tópicos abordados no plano de estudos compreendiam princípios elementares de matéria médica e farmacêutica, política médica, higiene geral e particular, terapêutica. Ao instituir-se esse primeiro curso de "Matéria Médica" destinado aos cirurgiões do Exército, J. M. Bontempo, médico da Real Câmara, escreveu alguns manuais para uso escolar: Os "Compêndios de Matéria Médica" (1814) e os "Compêndios de Medicina Prática" (1815).

Em 1810, por ordem régia, três estudantes da escola foram escolhidos para cursar a Faculdade de Edimburgo com o objetivo de conseguir na Universidade europeia aptidões e formação para ensinar e dirigir os cursos médicos no Brasil.

A data da criação do Curso oficial de Cirurgia no Rio de Janeiro é o ano de 1813. O curso, planejado e instituído por D. João, conforme consta no decreto de 18 de março de 1813, tinha duração de cinco anos.

Entre 1827 e 1828 foram propostos vários projetos de lei para a criação de um curso de ciências médicas. Destaca-se, pela ênfase dada à formação filosófica e psicológica, o do deputado bahiano Ferreira França (1827), que incluía no curso propedêutico, matérias como "leis da animalidade, do entendimento, da moralidade", "dinâmica do pensamento e ética" e, no curso médico propriamente dito, o estudo da rela-

ção entre o físico e o moral do homem, dinâmica das paixões, ou produção e poder das paixões e uso na cura das enfermidades, alienação mental, teoria da educação" (Moacyr, 1936).

Em 1832 foi criada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, simultaneamente à da Bahia. O projeto da Faculdade, elaborado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia, era inspirado no modelo da escola médica de Paris, compreendendo três cursos: Medicina (seis anos), Farmácia (três anos) e Obstetrícia (2 anos). A Faculdade tinha também o objetivo de controlar o exercício da profissão: sem título aprovado ou conferido por ela ninguém poderia exercer a arte médica.

O alcance do projeto que fundamenta a instituição da Faculdade é muito amplo. Nele, a função das ciências médicas não se limita ao conhecimento e à prevenção das moléstias e às terapias aplicáveis ao nível individual, mas visa a organização de uma sociedade perfeita. Tal ambição é claramente expressa no "Discurso de abertura do Curso de Medicina Legal" da Faculdade, pronunciado em 1836 por José Martins da Cruz Jobim: "Seria restrita a utilidade das ciências médicas e naturais, que têm por objeto o conhecimento profundo do organismo e dos corpos que exercem sobre o nosso qualquer influência, se tivesse por fim só fazer-nos conhecer a natureza das moléstias e os meras de curá-las ou preveni-las em cada membro da sociedade. Estes conhecimentos tornam-se mais importantes e necessários à medida que esta ciência aplica-se às necessidades do corpo social... É da Medicina e das idéias que ela fornece que os legisladores de todos os países têm procurado tirar os fundamentos de grande número de leis, tanto mais sólidas e estáveis quanto elas têm por base o conhecimento da natureza humana e das mais verdadeiras necessidades" (citado em: Machado, 1978, p. 186).

Conhecimentos psicológicos em documentos elaborados e transmitidos na faculdade

O interesse pelos conhecimentos psicológicos presente em currículos, manuais, artigos e teses produzidas na Faculdade coloca-se no quadro acima descrito, desde os inícios da Faculdade.

Já na proposta dos planos de estudos da escola, elaborada por M. L. A. Carvalho (1813), está previsto o ensino de noções acerca de patologia mental, no quinto ano de curso: "E pois há esta última divisão de tempo para o completo estudo de Medicina, convém tentar e proseguir o tratamento de moléstias raras, arriscadas, e de que ordinariamente não há esperança de aproveitamento. Por exemplo, a Epilepsia, exquadrinhando-se a causa, e daí havendo a indicação, Apoplexia, Mania, Allucinações, Hysteria, Anaurosis, Hydrophobia, Lepra, ferida por animaes venenosos, de que abunda o Brasil", incluindo "o estudo de doenças, em que de facto já nosso espírito não pode combinar idéias, e o pouco mais, que objecto costuma ser das questões médico-forenses" (1813, p. 23-24).

Similarmente, nos tratados de Mariano José do Amaral (1827) e de José Maria Bontempo (1814, 1815), docentes do antigo curso de Medicina e Cirurgia, destaca-se o interesse pelas "doenças nervosas", analisadas com referências explícitas às teorias da Psicopatologia francesa. Tais tipos de moléstias são definidas como "lesões do sentimento e do movimento" (Bontempo, 1815, p. 8). Particular ênfase é dada ao

estudo da hipocondria, da melancolia, da mania, da demência e das doenças nervosas de origem sexual, tanto no homem quanto na mulher.

Documentos importantes relativos ao trabalho teórico desenvolvido pelos estudantes da Faculdade, sobre temas de Psicologia, são as teses e dissertações elaboradas para a obtenção do grau de doutor. Como aponta R. Machado (1978), a escolha dos assuntos não reflete a presença de cursos especializados nessa área mas apenas o interesse teórico dos alunos e a influência das doutrinas estrangeiras, sobretudo francesas, reproduzindo, no âmbito da Psicologia, às vezes com pouco rigor, os grandes temas da saber médico da época.

O número elevado desse tipo de fontes, levantadas até o ano de 1870 (91, entre teses e dissertações, que abordam conteúdos psicológicos) é indício da importância que, no período, começa a ser atribuída a tais estudos. Os temas mais debatidos são: aspectos psicológicos da vida da mulher, doenças relacionadas à sexualidade, casamento e relação familiar, higiene de diversas condições sociais, alienação mental e analogias entre o homem alienado e o normal, suicídio, emoções e afetos, influência do estado moral do homem sobre o estado físico, e vice-versa, desenvolvimento do homem nas diferentes idades, problemas da velhice, frenologia, conceito de "força nervosa" e "terapia moral".

Outros documentos úteis para a reconstrução histórica do conhecimento psicológico dos médicos formados pela escola carioca no século XIX são constituídos pelos "Relatórios dos Trabalhos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro" e pelas revistas publicadas na área, como o "Arquivo Médico Brasileiro" e os "Anaes Brasilienses de Medicina". Nelas, há vários artigos abordando o tema da subjetividade humana. Em alguns casos, tais artigos são simplesmente traduções de textos impressos em revistas estrangeiras; em outros eles constituem informes acerca dos conhecimentos nessa área desenvolvidos em outras nações.

Além disso, professores e alunos da Faculdade escrevem artigos em revistas não especializadas de divulgação mais ampla, como por exemplo a "Minerva Brasiliense", "Guanabara", a "Revista Popular", "Íris", o "Médico do Povo na Terra de Santa Cruz".

Quanto à procedência dos autores dos documentos, há 67 brasileiros e 17 estrangeiros. A maioria dos autores são nativos do Rio de Janeiro, mas há também representantes de outros Estados: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Sergipe, Mato Grosso, Maranhão.

A leitura das fontes acima descritas evidencia a presença, no pensamento dos médicos formados pela escola, de profundas influências de correntes doutrinárias filosóficas e médicas europeias. São frequentemente citados filósofos clássicos (Empédocles, Epicuro, Demócrito...) e modernos (Descartes, Cabanis, Bacon, Condillac, Tracy, entre outros); é feita ampla referência às obras de Hipócrates, Galeno, Virey, Gall, Spurzheim, Broussais, Pinei e Esquirol. No que diz respeito ao debate sobre a origem da doença mental, aparece a influência de duas diversas abordagens teóricas: de um lado, há a visão de Esquirol, que encara a alienação mental como um fenômeno heterogêneo, caracterizado por diferentes formas, e explicável em termos de distúrbios das faculdades morais e do comportamento. Em oposição a esta postura, permanece a teoria tradicional da origem cerebral da doença mental, formulada pelos médicos da época clássica, e reproposta, no século XVIII, por autores como Cullen e

Willis. No século XIX, tal postura desemboca no materialismo, no organicismo e na frenologia. Esta última resulta da afirmação de que as características mentais podem ser determinadas pelo exame dos contornos e protuberâncias do crânio, e encontra amplo consenso entre os intelectuais brasileiros da época.

As referências feitas a obras de médicos e autores nacionais são pouquíssimas. Encontram-se apenas algumas citações de tratados do médico mineiro Francisco de Mello Franco (1757-1822), cuja contribuição ao desenvolvimento das idéias psicológicas foi analisada em trabalho precedente (Massimi, 1985). Gostaríamos agora de abordar mais detalhadamente alguns aspectos mais significativos dos conhecimentos psicológicos presentes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro extraídos da leitura dos documentos citados.

a. Interesse pelo "homem moral" no domínio das ciências médicas

O significado e a relevância que o estudo da subjetividade humana (definida frequentemente pelos médicos em termos de "homem moral") assumem no contexto brasileiro do século XIX, aparecem claramente nas palavras do médico-filósofo Eduardo Ferreira França, em sua tese de Doutorado de 1834:¹ "Parmi les connaissances qui font partie du vaste domaine de la médecine, l'étude de l'homme moral est une des plus intéressantes et des plus utiles à examiner. Mais les recherches qu'on doit faire pour bien connaître ce moral sont très multipliées; car il faut l'examiner chez l'homme sain et chez l'homme malade, l'étudier dans toutes les modifications qu'il éprouve par les diverses circonstances où l'homme peut se trouver. Et dans ces recherches il ne faut jamais séparer l'homme moral de l'homme physique." (1834, p. 6). Portanto, conclui o médico baiano, "il n'y a que la médecine que puisse étudier et diriger le moral de l'homme." (p. 9). Nesse sentido, segundo França, há uma aliança estreita entre Medicina e Filosofia, porque não é possível ser médico sem ser filósofo e vice-versa.

A maneira de Ferreira França, alguns estudantes da Faculdade do Rio de Janeiro enfatizam a competência do médico quanto ao conhecimento e ao tratamento moral dos indivíduos. La Cour, por exemplo, afirma: "Parece-nos... mais conveniente não deixar entre mãos profanas a aplicação de uma faculdade que dá alimento a todas as mais, e que combinada com os agentes terapêuticos confere a estes dobrado valor." (La Cour, 1863, p. 6) Ao "médico experimentado" cabe, portanto, a "direção convenientemente regulada das faculdades morais." De forma semelhante, A. J. do Rosário declara que "pertence ao médico, está debaixo da sua alçada, regular as funções intelectuais do homem, dirigir seu moral, não só pelo conhecimento íntimo que ele tem dos diferentes modificadores que na natureza existem, como também pela honrosa e

1. "Entre os conhecimentos que fazem parte do vasto domínio da medicina, o estudo do homem moral é um dos mais interessantes e dos mais úteis a examinar. Mas as pesquisas que devem ser feitas para conhecer bem este moral são muito multiplicadas; pois é necessário examiná-lo (o moral) no homem são e no homem doente, estudá-lo em todas as modificações que ele experiênciava nas diversas circunstâncias onde o homem pode se encontrar. E nessas pesquisas, não se deve jamais separar o homem moral do homem físico..."

espinhosa tarefa que sobre ele grava de aperfeiçoar quanto lhe seja possível as raças humanas." (1839, p. 2).

O ideal que fundamenta a atuação do médico brasileiro, no século XIX, é o do equilíbrio psico-físico do ser humano. A saúde coincide com a harmonia de todos os componentes da pessoa. Em alguns casos, o tratamento moral aparece como o único recurso para o médico restabelecer tal equilíbrio.

As "inquietações e mágoas da alma" (Camargo, 1845, p. 12) constituem-se, portanto, como objetos peculiares que "não podem nem devem encontrar o médico inteiramente desprevenido." (La Cour, 1863, p. 4).

b. *Definições atribuídas ao estudo do "homem moral"*

As denominações que a abordagem dos assuntos psicológicos assume nos documentos analisados são várias. A mais comum é a de Medicina Moral. Na definição de Camargo (1845), esta é "Philosophia e Medicina, sciencia primorosamente moral, que por bom direito tem a primazia a todos os conhecimentos humanos" (p. 13). Segundo Figueiredo Jaime (1836), ela é a arte de "ler no mostrador do coração os arcanos, que o pudor, a honra, a pusillanimidade, ou o crime buscãc en vão occultar aos olhos de hum attento e versado physionomista" (p. 5).

Uma expressão análoga é a de "Therapeutica Moral", que, para La Cour, consiste na "direção convenientemente regulada das faculdades morais" (1863, p. 6).

Outras definições semelhantes são a de "direção do espírito" (Leal, 1849, p. 24) que se realiza "attendendo ao moral, porque tudo continua debaixo do império da intelligência viciosamente affectada" (p. 28); a de "conhecimento de todas as suas inclinações e de todos os seus sentimentos" (Amorim Carrão, 1848, p. 6) e de "conhecimento do coração humano" (Pinheiro, 1848, p. 11).

Em todas estas denominações, é ressaltada a dimensão moral atribuída ao conhecimento da subjetividade. Uma ênfase que caracteriza a Medicina e em particular a Psiquiatria do século XIX, conforme afirma Foucault (1978): "O que se chama de prática psiquiátrica, é uma certa tática moral" (1978, p. 501).

É oportuno frisar que este tipo de moral não deriva da inspiração religiosa mas indica o interesse pelo comportamento humano enquanto fenômeno manipulável e controlável. De fato, no século XIX, assiste-se a um processo complexo através do qual o discurso médico se apossa de algumas categorias e técnicas da tradição religiosa, invertendo, ao mesmo tempo, seus significados. A norma de inspiração divina é substituída, então, pela regra higiênica; os conceitos de culpa e de pecado são traduzidos nos de anormal e patológico. Dessa forma, a autoridade médica se substitui à religiosa, assumindo uma conotação moral que não se apoia mais numa origem transcendente mas no mito da objetividade científica.

Outra designação dos conhecimentos psicológicos usados nos textos é a de "Medicina Philosophica", utilizada por Figueiredo (1847), Costa (1848), La Cour (1863), Rego (1851), com sentido idêntico ao de Medicina Moral.

Aparece, em alguns documentos, também o termo "Psychologia". Chagas e Andrade (1839, p. 1) e Araújo Pinto (1841, p. 20), com a palavra "Psychologistas" definem os que estudam o cérebro enquanto órgão do pensamento e considerando-o

"trabalhando como si fora huma só peça". Leão (1842) chama de "psychologistas" os filósofos que se ocupam das faculdades do homem.

c. *Os métodos da "Medicina Moral"*

Os métodos utilizados no âmbito da assim chamada "Medicina Moral" elaborada e transmitida na Faculdade do Rio de Janeiro no século XIX abrangem seja procedimentos para o estudo do homem moral, seja técnicas de terapia do comportamento.

O conhecimento psicológico dos médicos relaciona-se com a prática terapêutica e, na maioria dos casos, desenvolve-se dentro dela, caracterizando-se pela preocupação bastante generalizada de elaborar uma abordagem científica ao estudo da subjetividade humana. É recomendado o uso da observação e do experimento e a necessidade de se estudar o estado moral do homem normal e do homem alienado, analisando todas as modificações às quais esse estado é sujeito nas diferentes circunstâncias da vida humana. Leão, por exemplo, escreve: "O estudo da inteligência e faculdades afetivas do homem, não poderá ser completo se não o considerarmos tanto no estado são e ordinário, como nos diferentes graus de aberração que constituem as numerosas variedades de alienação mental" (1842, p. 8).

A compreensão da verdade subjetiva enquanto verdade oculta leva a investigação psicológica a assumir as características do interrogatório policial. Para diagnosticar a alienação mental, por exemplo, é preciso utilizar-se de uma variedade de procedimentos: em primeiro lugar, "interrogatório", que consiste no interrogar o doente sobre diversos assuntos, prestando grande atenção às suas respostas. Depois de algum tempo, "tomar-se-há a faltar em cousas que já foram lembradas, a fim de ver se suas respostas são as mesmas, ou se varião, se conservão, ou não, sua memória; e se, finalmente, há ordem ou perturbação em suas idéias" (Ferreira Pacheco, 1834, p. 8). Em segundo lugar, é preciso desenvolver uma observação contínua do sujeito: é preciso "observar seus hábitos, estudar, os seus movimentos, a expressão de sua physionomia, examinar o estado do pulso, os batimentos cardíacos, e os movimentos da respiração" (Araújo Ribeiro, 1842, p. 16). A etapa conclusiva do diagnóstico consiste na "inquirição", ou seja, a reconstrução da vida da pessoa, através de depoimentos de parentes, amigos, vizinhos e conhecidos (Ferreira Pacheco, 1843).

A necessidade de ter parâmetros objetivos para o conhecimento psicológico é enfatizada por Cullen (1862). Este propõe deixar de lado "todas as idéias hipotéticas" e desenvolver a pesquisa através da observação e da experiência: "Não se deve supor que o estudo das funções do cérebro seja mais difícil do que o dos outros órgãos, e que pertence particularmente aos metafísicos. Cingindo-se à observação e evitando cuidadosamente qualquer teoria ou conjectura, este estudo toma-se puramente fisiológico, e talvez, menos trabalhoso do que o de maior parte das outras funções" (Cullen, 1862, p. 8). Nessa visão, a introdução de uma perspectiva científica no conhecimento do homem favorece a adesão ao reducionismo fisiológico.

Para outros autores, a cientificidade no estudo dos fenômenos subjetivos é garantida pela adesão à abordagem frenológica.

Com efeito, a novidade da frenologia está na adoção do método experimental, pois "deixando de parte a natureza da alma, ela consagra-se especialmente à observação dos fenômenos mentais, e dos aparelhos orgânicos que lhe dão nascimento

sob a qualidade de causa instrumentar (Pinto, 1841, p. 5). De forma semelhante, Americano afirma que "o homem deve ser estudado como os demais seres organizados e, por conseguinte, submetido aos mesmos processos, às mesmas análises, que empregou o anatomista, o químico, e o botanista na pesquisa das propriedades e funções da matéria... É necessário vê-lo nascer, crescer, florescer, decair e morrer; observar e notar a causa da diversidade de seus talentos e inclinações, analisar os fenômenos variados e sucessivos, que precedem, acompanham, ou seguem os diversos períodos de sua existência; examinar a influência que os modificantes exteriores, tais como alimentação, clima, educação, instituições civis e religiosas, fortuna, desgraça, e as diversas profissões, exercem sobre o desenvolvimento de suas faculdades; observar e comparar finalmente as alterações produzidas em suas funções intelectuais e morais, pelo estado de saúde ou de enfermidade. É somente com os fatos fornecidos por estes dados, que se poderá bem determinar o número e a natureza de nossas faculdades, e o verdadeiro caráter da espécie humana" (Americano, 1838, p.3).

Quanto ao "tratamento moral", assiste-se, ao longo do século XIX, a uma mudança em sua conceituação. Num primeiro momento entendido como terapia dos distúrbios do comportamento por uma variedade de meios físicos, químicos e psicológicos, posteriormente define os métodos terapêuticos exclusivamente baseados em recursos psicológicos.

Um exemplo do primeiro tipo de abordagem encontra-se no tratado do professor Bontempo (1815), na parte dedicada ao estudo da mania. Bontempo estrutura a terapia da mania em três fases distintas, conforme os três períodos de manifestação da doença. No período agudo, ministra-se apenas um tratamento de tipo físico. Ao doente é evitado qualquer tipo de forte estimulação dos órgãos sensoriais e é recomendada uma dieta oportuna. No segundo momento, em que há um declínio dos sintomas, é introduzida a necessidade de uma psicoterapia: "Ligado a este tratamento físico deve-se olhar sempre para o moral, por quanto este quase sempre concorre para o perfeito restabelecimento" (Bontempo, 1815, p. 152).

Por volta de 1830, o tratamento moral começa a ter uma elaboração teórica mais aprofundada e rigorosa, embora todos os autores concordem com o fato de que, uma vez estabelecidas algumas regras terapêuticas gerais, na aplicação delas "he mister obrar conforme as circunstâncias peculiares que concorrem em cada alienado" (Silva Peixoto, 1837, p. 33). Portanto, "a fecundidade deste meio depende da perícia do prático" (Figueiredo, 1847, p. 15). O tratamento é particularmente recomendado para doenças como a ninfomania, a mania, a hipocondria, a histeria, a nostalgia, e os distúrbios análogos devidos à ausência do objeto amado.

Todavia, é reconhecida a utilidade da "therapeutica moral" também para a Medicina geral, por exemplo para preparar o paciente que deve ser submetido às operações cirúrgicas (Camargo, 1845), pois ajuda o sujeito a afastar pensamentos penosos e o desânimo que contribuiriam a agravar sua moléstia. Todo médico, frente a qualquer tipo de enfermo, deveria antes de mais nada "tratar de reanimar a alma que se acha abatida. As suas palavras insinuantes, seu semblante tranquilo, se não conseguem dissipar o mal, sempre lhe diminuem a amargura. A certeza de que ele tem de possuir um recurso eficaz contra a afecção, deve retratar-se no seu rosto. A palavra acertada, o talento que mostra no exame e interrogatório do doente, a perícia que ele

emprega em ordenar o necessário, derramão no espírito e no coração do enfermo a paciência, o sossego e a confiança de que tanto se carece para um êxito feliz. Operando essa impressão, dará verdadeira eficácia a tudo quanto receitará" (La Cour, 1863, p. 15).

Que o médico ganhe a confiança do sujeito é, portanto, a condição fundamental da "terapêutica moral". Estabelecida tal condição, o médico pode prosseguir no tratamento. Nesse ponto, as regras aconselhadas são diversas, dependendo do tipo de distúrbios em questão e da visão de cada autor.

No caso de hipocondria, por exemplo, recomenda-se não negar a "realidade da queixa que atormenta o enfermo", pois "dizer-lhe que seus males não passam de imaginação, ou são receios próprios de espíritos fracos, não fará mais do que excitar a desesperação de quem sofre, e fazer nascer a antipatia para todos os conselhos que se possam dar. A isto sucederá a desconfiança" (Murtinho, 1839, p. 36). A doença tem uma realidade psicológica própria que deve ser encarada e tratada enquanto fel. Para isso, é preciso que o médico compartilhe a experiência penosa do doente e escute suas queixas.

Um meio terapêutico aconselhado por vários autores é o uso da música: esta, de um lado, "influi sobre o físico, produzindo abalos nervosos e ativando a circulação", de outro, "obra sobre o moral fixando a atenção por meio de impressões doces, suaves e harmoniosas, por lembranças agradáveis e saudosas, excitando enfim a imaginação e, mesmo as paixões" (Macedo, 1844, p. 43). Analogamente, em artigo de 1844, Torres Homem cita casos de resultados positivos no tratamento de alienados através da música, realizados na França e comprova essas experiências pelas doutrinas de Cabanis acerca da influência da linguagem musical sobre a sensibilidade humana.

Outro recurso utilizado é a estimulação de paixões alternativas às que determinaram a moléstia. Macedo afirma que, para afastar do espírito do paciente nostálgico a idéia que o domina, "nada é mais conseqüente do que empregar a influência de agentes, que possam produzir sensações, peto menos fortes, como aquelas que atormentam o doente" (1844, p. 41).

A sede terapêutica inventada pela Psiquiatria francesa da época é a instituição para alienados. Silva Peixoto, apoiando-se nessas doutrinas, descreve as razões que justificam o isolamento do louco: em primeiro lugar, é necessário a separação da família, em cujo âmbito muitas vezes está a causa da enfermidade: "ella tira a sua origem das dissensões e desgostos domésticos, e por isso a presença de parentes e amigos, estando em relação com as causas que a provocarão, irritão o mal e entreteem o delírio por mais tempo" (1837, p. 30). Além do mais, as diversas posturas assumidas pelas famílias frente ao doente (condescendência, esforço para convencer o doente de seu delírio, medos e receios) podem dificultar o tratamento. Fica perceptível nessa explicação, a visão negativista que os médicos da época têm acerca da família. Com efeito, é a partir do descrédito da família como âmbito educativo da pessoa que os médicos podem assumir sua função de "tutela terapêutica" dos indivíduos (Freire Costa, 1983, p. 16). Culpando a família pelos desajustes de seus membros, justificase a necessidade de que ela se submeta ao estado e aos seus instrumentos, entre os quais, e dos mais poderosos, está a Higiene.

O princípio do isolamento, como condição essencial para o tratamento moral do alienado, inscreve-se nessa perspectiva. A "Casa dos Loucos" deve ser construída "fora das grandes povoações e cidades" (Silva Peixoto, 1837, p. 30). Nela, o clima de silêncio deve favorecer a possibilidade do paciente concentrar-se em si mesmo. Além disso, "a vista de seus companheiros na desdita pode ser-lhe muito proveitosa" (idem), pois através desses, ele poderá observar a si mesmo e reconhecer sua própria bucura, experimentando a humilhação por tal estado. Peixoto recomenda usar, com os "turbulentos", meios de repressão tais como a camisa de força, as privações, as ameaças de castigo e, sobre todos, "numa vigilância activa" (1837, p. 31). No asilo, o "médico deve ser investido de hum poder superior". A organização do espaço e do tempo é outro recurso muito importante para a readaptação dos indivíduos às normas fundamentais da sociedade. Em primeiro lugar, o trabalho é considerado um meio terapêutico muito eficaz, porque elimina a desordem do comportamento através da submissão dos atos individuais a um plano preestabelecido. Dessa forma, a estrutura da instituição se torna um modelo artificial da sociedade: através da obediência àquela, opera-se a reinserção do indivíduo no meio.

Ao descrever o tratamento pela institucionalização, Silva Peixoto critica as condições dos hospitais brasileiros, as quais impossibilitam uma intervenção eficaz no nível da doença mental, e afirma a necessidade de criar-se um hospício de alienados. Essa posição se inclui num amplo movimento filantrópico chefiado por José Clemente Pereira, cujo resultado foi a emissão do decreto régio de 1841, instituindo o Hospício de Pedro II.

CONCLUSÃO

Os dados e as considerações acima expostos sugerem que a Medicina do século XIX foi uma das condições fundamentais da constituição da Psicologia Científica, no Brasil. Isso porque a ela se deve o projeto da Psicologia como conhecimento objetivo da subjetividade humana e a definição de sua utilidade política e social para a adaptação dos indivíduos ao sistema. Paradoxalmente, é no seio da Medicina que se determina o âmbito do "psicológico" enquanto domínio específico e esboçam-se abordagens peculiares para a investigação dos fenômenos que este domínio abrange.

REFERÊNCIAS

- Amaral, M. J. (1827). *Tratado Elementar da Matéria Médica, segundo a doutrina de Cullen*. Rio de Janeiro: Typografia Plancher, 1ª ed., tomo 1º, 117 p.; tomo 2º: 91 p.
- Americano, D. M. de Azevedo (1838). *Dissertação sobre a Phrenologia*. Tese Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 65 p.
- Bontempo, J. M. (1814). *Compêndio de Matéria Médica*. Rio de Janeiro: Regia Officina Typográfica, 1ª ed., 243 p.
- Bontempo, J. M. (1815). *Compêndios de Medicina Prática feitos por ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Regia Officina Typográfica, 1ª ed., 293 p.
- Camargo, E. F. P. de Figueiredo (1845). *Considerações médico-philosophicas sobre a influência do estado moral na produção, marcha e tratamento das moléstias e co-*

- mo contra-indicação às operações cirúrgicas. Tese Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Diário, 47 p
- Carrão, J. M. de Amorim (1848). *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades*. Tese Fac. de Medicina. Rio de Janeiro: Typografia do Arquivo Médico Brasileiro, 22 p.
- Carvalho, M. L. A. (1813). *Estatutos para os Cursos de Filosofia, Ciências Naturais, Medicina e Cirurgia, que se estabeleceram no Rio, incluindo-se os Estatutos do Colégio Geral de Medicina e o Plano para as graduações militares dos Filósofos*. Manuscrito. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ms. II-30, 33, 1-6-A, 8 de março de 1813.
- Chagas e Andrade, J. (1839). *Dissertação sobre a puberdade da mulher*. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Assistência dos Despertados, 32 p.
- Costa, J. Freire (1983). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 282 p.
- Costa, J. L. (1848). *Considerações sobre o amor*. Tese. Fac. de Medicina, Rio de Janeiro: Typ. Brasileira, 32 p.
- Cullen, J. (1862). *Das doenças do cérebro*. Tese. Fac. de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Franceza, 16 p.
- França, E. Ferreira (1834). *Essai sur l'influence des Aliments et des Boissons sur la Moral de l'Homme*. Thèse soutenue à la Faculté de Médecine de Paris. Paris: Didot de Jeune, 43 p.
- Figueiredo, A. J. da Costa (1847). *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*. Tese. Fac. de Medicina. Rio de Janeiro: Teixeira, 20 p.
- Foucault, M. (1978). *História da Loucura na Idade Clássica* (1ª ed. brasileira). São Paulo: Perspectiva.
- Homem, S. Torres (1844). Emprego da música como meio curativo da loucura, *Minerva Brasiliense*, 1(5), 129-130.
- Jaime, M. I. de Figueiredo (1836). *Considerações sobre as paixões e affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor de pátria*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Commercial Fluminense, 24 p.
- La Cour, J. P. (1863). *Ensaio sobre a Therapeutica Moral*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Laemmert, 17 p
- Leal, F. A. (1848). *Dissertação sobre a Hypochondria*. Tese. Faculdade de Medicina. Rb de Janeiro: Laemmert, 28 p.
- Leão, G. F. (1842). *Dissertação sobre as analogias entre o homem são e o alienado, e em particular sobre a monomania*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Laemmert, 17 p.
- Macedo, M. J. (1844). *Considerações sobre a nostalgia*. Tese. Faculdade de Medicina. Rb de Janeiro: Typ. Imparcial, 47 p.
- Machado, R. (1978). *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 559 p.
- Massimi, M. (1985). *História das Idéias Psicológicas no Brasil em obras do período colonial*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 365 p.
- Moacyr, P. (1936). *A instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil), 1823-1853* (1ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 614 p.
- Murtinho, J. A. (1839). *Dissertação sobre a Hypochondria*. Tese. Faculdade de Medicina. Rb de Janeiro: Typ. Imparcial, 38 p.

- Pacheco, J. B., Ferreira (1843). *Dissertação médico-legal acerca dos motivos da nulidade de casamentos*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 19 p.
- Peixoto, A. L da Silva (1837). *Considerações Gerais sobre a Alienação Mental*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Burgain, 41 p.
- Pinheiro, A. M. (1848). *Dissertação sobre a Histeria*. Tese. Faculdade de Medicina. Rb de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional, 13 p.
- Pinto, A. P. cT Araujo (1841). *Algumas proposições de Phrenologia precedidas de considerações muito geraes sobre a matéria*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Cabral, 36 p.
- Rego, J. P. (1851). Da hypocondria na primeira infância. *Annaes Brasilienses de Medicina*, 6(1), 2-10.
- Ribeiro, A. de Araújo (1842). *Dissertação sobre a Nymphomania*. Tese. Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Franceza, 21 p.
- Rosário, A. J. (1839). *Dissertação sobre a influência dos alimentos e bebidas sobre o Moral do Homem*. Tese. Faculdade de Medicina Rio de Janeiro: Laemmert, 44 p.

Recebido em 07/12/90.